

Os idiotas da objetividade

21 MAR 1995

CARLOS EDUARDO FERREIRA

O dramaturgo Nelson Rodrigues quando se sentia indignado com argumentos que considerava incabíveis em relação ao futebol, que comentava, às suas peças teatrais, ou ao jornalismo de uma maneira geral, atacava com virulência os autores do "atentado" nominando-os de "idiotas da objetividade". Sinceramente, hoje no Brasil, quando se vê as mais leigas pessoas deitando falação e propostas sobre o sistema de saúde no País, só nos vem à cabeça aquele saudoso jornalista.

Vamos provar com exemplo. Não dá nem para somar a quantidade de linhas escritas nos jornais, o tempo gasto em rádios e TVs, onde leigos têm dito que "as AIHs — Autorizações de Internamento Hospitalar — são um cheque em branco, uma autorização para a fraude". Ao tomar posse no cargo de ministro da Saúde, a 1º de janeiro, o dr. Adib Jatene, figura indiscutível de cidadão e médico, respeitadíssimo no Brasil e exterior, em uma de suas primeiras entrevistas, assegurou: "Nada disso, as AIHs são um cheque nominal". Portanto, defendendo o valor do sistema que vem sendo adotado em países como os Estados Unidos e Canadá. O que ele assegura e a Federação Brasileira de Hospitais (FBH) também, é que com boa regulamentação, fis-

calização e controle, o sistema apresenta a modernidade na saúde pública mundial.

Estatísticas distorcidas, números confusos na argumentação de leigos, "especialistas em generalidades", ou seja, "doutores de coisa nenhuma", aumentam a crise no setor, levando muita gente para conclusões fora da realidade.

Vamos a outro exemplo. Questionar o valor e a destinação dos recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) é demonstrar total desconhecimento da estrutura assistencial brasileira. É importante dizer que 75% (setenta e cinco por cento) dos leitos hospitalares no Brasil foram construídos pela iniciativa privada e por ela não são mantidos. E os hospitais privados são, hoje, responsáveis também por 75% da assistência médica no País.

Ora, este segmento é contratado pelo SUS para atender às necessidades assistenciais dos cidadãos porque os governos municipais, estaduais e federal não têm estrutura para atender a população. Logicamente, o maior volume de recursos para ele será dirigido.

Hoje, vivemos num país livre e democrático. Todo cidadão tem direito de optar pelo que melhor lhe convém. Por determinação constitucional e consensual da Nação, todos os cidadãos brasileiros têm di-

reito a uma assistência universal e igualitária a ser proporcionada pelo Governo. Porém, cada um pode buscar um "plus" e assim o faz através de Planos de Saúde, pagando, de novo, para poder usufruir de uma alternativa assistencial que julgue melhor. São recursos adicionais, somados àqueles do Governo e não uma sangria desses recursos como interpretam alguns "idiotas da objetividade". Se os Planos ou Seguros de Saúde são dedutíveis como despesas assistenciais, nada mais justo. O cidadão já pagou seus impostos e contribuições para um sistema público precário, restritivo, paga uma segunda vez para evitar problemas com o bem que considera mais essencial, a própria vida.

Em relação a fraudes no setor saúde, a FBH está, como sempre esteve, ao lado do Governo para coibi-las. A corrupção tem de ser combatida, assegurado o pleno direito de defesa a quem for acusado. O ministro Jatene sabe que com regulamentação, controle e fiscalização permanentes as fraudes serão contidas. O sistema privado de saúde é facilmente controlável, pois, o Governo que paga pode e deve dizer como quer esse serviço. Não existe mistério. Já no serviço público, isto não nos cabe discutir.

■ **Carlos Eduardo Ferreira é médico e presidente da Federação Brasileira e Latino-Americana de Hospitais**

JORNAL DE BRASÍLIA